

Impasse nas negociações entre os estados e a União para rolagem

por Maria Clara R. M. do Prado de Brasília

Uma situação de impasse está surgindo nas discussões do governo federal com os estados e municípios em relação ao esquema de rolagem da dívida, aprovado no final do ano passado pelo Congresso Nacional e regulamentado por decreto presidencial publicado ontem no Diário Oficial da União (DOU).

Os governadores, conforme apurou ontem este jornal junto a fonte categorizada da área econômica do governo, querem incluir no esquema de rolagem não apenas a dívida bancária que têm junto a instituições financeiras federais e a dívida mobiliária financiada no mercado aberto, previstos em lei, mas também o que não está previsto, como os títulos que estão na mão de tomadores finais, além de operações bancárias que representem o capital de giro dos tesouros estaduais, como a Antecipação de Receita Operacional (ARO).

Alguns estados estão com boa parte dos títulos na mão de aplicadores finais, aí incluída a carteira dos bancos privados além de empreiteiros e fornecedores que, diante da insuficiência de recursos nos cofres públicos, tiveram de aceitar papéis da dívida como forma de pagamento. São títulos de dois ou três anos de prazo que dariam aos governos tempo para equacionar suas finanças em montante suficiente para liquidar sua dívida, mas, face às regras da rolagem, torna-se mais interessante incluir aqueles papéis no esquema. Isso implicaria a troca dos títulos estaduais por títulos de emissão do Tesouro Nacional.

ARO

"A União não vai assumir a dívida dos estados com empreiteiros e fornecedores", disse uma fonte

do Banco Central (BC), adiantando que o objetivo da lei da rolagem (nº 8.388) é renegociar a dívida dos estados e municípios com o governo federal e não a dívida com terceiros. Da mesma forma, não se pensa em incluir as operações de ARO contratadas junto a bancos privados no esquema da rolagem e nem se pretende fazer a troca dos papéis estaduais que estão na carteira de bancos privados. "Alguns governos de estados acham que a rolagem é pior do que ficar como estão, a não ser que mude o conceito de tomador final", observou a mesma fonte.

Em certos casos, como os de São Paulo, Mato Grosso e Goiás a dívida mobiliária que está na mão do tomador final tem peso expressivo sobre os compromissos de endividamento assumidos pelos governos.

Em outros, como é o caso da Paraíba, as discussões têm girado em torno do ARO. "Eu tenho uma dívida de Cr\$ 50 bilhões de ARO vencida no dia da minha posse e não é justo que não seja incluída na rolagem ou que o pagamento não possa ser abatido do limite de endividamento a ser definido pelo Senado Federal", disse a este jornal o governador da Paraíba, Ronaldo Cunha Lima, do PMDB.

O governo de Goiás, por sua vez, preocupa-se com a não-inclusão no esquema de rolagem da dívida mobiliária que está na mão de tomadores finais. "Nós não temos muito título no mercado porque a grande parte está com tomadores finais (bancos, empreiteiras e fornecedores) e para nós interessa discutir essa questão", adiantou a este jornal a chefe de gabinete do secretário de Planejamento do Estado de Goiás, Sonia Pierobon.

A última avaliação do Tesouro Nacional prevê

que, feitos os acertos de contas, o montante de recursos efetivamente envolvido na rolagem prevista pela Lei nº 8.388 não passará do equivalente a US\$ 30 bilhões, dos quais menos da terça parte representa títulos públicos estaduais que serão substituídos por papéis do Tesouro Nacional em um processo que permitirá o financiamento no mercado financeiro a custo mais baixo, aliviando o peso sobre o caixa dos estados e municípios.

Na posição de final de dezembro passado, o saldo da dívida mobiliária de estados e municípios (incluindo as prefeituras do Rio de Janeiro e de São Paulo) somou Cr\$ 11,308 trilhões em termos globais. Os números disponíveis no governo federal não discriminam a parcela daquela dívida que está sendo financiada no mercado e qual está com tomadores finais.

CRITÉRIOS

Na elaboração do projeto, no ano passado, o Ministério da Economia trabalhava com o valor equivalente a US\$ 57 bilhões, incluindo toda a dívida mobiliária de estados e municípios e a dívida com a Previdência Social e com o FGTS. O BC, já no final das discussões, questionou a inclusão da dívida mobiliária na rolagem e fincou pé para tirar da lei os títulos que estivessem na mão de tomadores finais e, mediante pressão sobre os parlamentares, conseguiu limitar a lei apenas aos títulos financiados no mercado pelas próprias instituições de crédito estaduais. Informalmente, no entanto, o BC aceitou estender o esquema de rolagem a outras duas situações:

- Os papéis finais vendidos aos Fundos de Aplicação Financeira (FAF) administrado pelos bancos estaduais, desde que fossem de emissão do próprio governo.

- Os papéis estaduais na carteira das instituições financeiras federais ou no FAF dessas mesmas instituições, como Banco do Brasil, BNB, Caixa Econômica, Basa.

Ainda assim, alguns estados descobriram que a fatia do "tomador final" é muito grande e passaram a pressionar pela inclusão daquela parcela. São movidos por um motivo basicamente: o disposto da própria Lei 8.388, que impede (a quem firmar acordo de rolagem com o governo federal) emissões e mesmo rolagem fora das regras da lei até 1998. Isto significa que os papéis com tomadores finais teriam de ser resgatados.

Segundo apurou a repórter Mara Luquet, a Lei 8.388, que foi sancionada no último mês de dezembro e dispõe sobre a rolagem das dívidas estadual e municipal, diz que os títulos que estão nas mãos de tomadores finais não serão rolagem.

Falta, contudo, esclarecer se as instituições financeiras são consideradas tomadores finais desses papéis. A informação é do coordenador de finanças do município, Wagner Baptista Ramos. Segundo ele, o município de São Paulo vendeu US\$ 47,5 milhões de títulos ao Banco do Estado (Banespa) e mais US\$ 50 milhões à Caixa Econômica Federal (CEF). Nos dois casos, mais de 60% dos títulos vencem neste ano e a não-rolagem desses papéis traria prejuízos ao município. "A disposição da lei é pegar empreiteiras e fornecedores e não emcasos em que o tomador final é uma instituição financeira", acredita Ramos.

Procurado por este jornal, os secretários de Planejamento, Eduardo Maia, e de Fazenda, Frederico Mazzuchelli, não foram encontrados para esclarecer a situação do Estado de São Paulo.